

O baú do Mário: Literatura pornográfica e mercado livreiro no Brasil no final do século XIX

Leonardo Mendes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

• leonardomendes@utexas.edu

ORCID 0000-0002-5295-3343

DOI

<https://doi.org/10.34913/journals/lingua-lugar.2024.e1902>

Nesse estudo, tomamos a coleção de livros do estudante Mário no romance naturalista *O aborto* (1893), de Figueiredo Pimentel (1869-1914), como representativa de um novo mercado de literatura popular e pornográfica no Brasil no final do século XIX. A coleção se insere no contexto de expansão da atividade editorial que ocorre a partir de 1870. Tendo como foco a materialidade dos impressos, sua circulação e recepção no Brasil, vamos estudar os livros da coleção do estudante como literatura pornográfica e especular por que eram atraentes naquela sociedade. O estudo revela um dinâmico mercado livreiro no fim do século XIX que foi negligenciado pela historiografia tradicional.

Palavras-chave: pornografia; história do livro e da leitura; naturalismo; século XIX.



Dans cet article, qui a pour support le roman naturaliste O aborto (1893) de Figueiredo Pimentel (1869-1914), nous abordons les livres que Mário, étudiant de 23 ans, conserve, et les envisageons comme représentatifs d'un nouveau marché de la littérature populaire et licencieuse au Brésil à la fin du 19^e siècle. Ces livres s'inscrivent dans le contexte de l'expansion de l'activité éditoriale qui a débuté en 1870. En nous concentrant sur la matérialité des imprimés, leur circulation et leur réception au Brésil, nous considérons les livres conservés par l'étudiant comme de la littérature licencieuse et nous émettons des hypothèses sur les raisons de leur attrait dans cette société. L'étude révèle l'existence d'un marché du livre florissant dans le Brésil de la fin du XIX^e siècle, négligé par l'historiographie traditionnelle.

No romance naturalista brasileiro *O aborto* (1893), de Figueiredo Pimentel, o estudante de Farmácia, Mário, de 23 anos, guarda uma coleção de livros pornográficos num baú na casa dos tios, em Niterói (RJ). Os livros eram posses secretas, para serem lidos em segredo. Tanto ele quanto a prima Maricota, que dele engravida aos 17 anos, interagem com os livros. Sete volumes são nomeados, todos impressos na segunda metade do século XIX. Quatro eram romances naturalistas: *Naná* (1880), de Émile Zola; *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro; *O homem* (1887), de Aluísio Azevedo; e *O crime do padre Amaro* (1875), de Eça de Queirós. O estudante também tinha um exemplar de *Esposa e virgem*, tradução do “romance de sensação” *Mademoiselle Giroud, ma femme* (1870), do escritor francês Adolphe Belot. Por fim, Mário possuía dois *best-sellers* da literatura pornográfica do fim do século no Brasil e em Portugal: *Os serões do convento*, do pseudônimo M. L., atribuído ao escritor português Antônio Feliciano de Castilho, e publicado na década de 1860, em Lisboa (Curopos, 2020); e *Volúpias: 14 contos galantes*, de Rabelais, pseudônimo do escritor português Alfredo Gallis, publicado no Porto, em 1886 (Curopos, 2022).

A coleção do estudante podia ser adquirida com facilidade nas livrarias das principais cidades brasileiras. Ela se insere no contexto de expansão da atividade editorial que ocorre a partir de 1870. Surgem novos periódicos, tipografias e livrarias, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo (Barbosa, 2010; Deaecto, 2011). A expansão do mercado livreiro criou nichos editoriais especializados, todos com sucesso de público, como o “romance de sensação” (El Far, 2004), a “literatura para crianças” (Leão, 2013) e os “livros para homens”, como chamavam a literatura

erótica e pornográfica (Mendes, 2016). Pedro Quaresma, proprietário da Livraria do Povo, no Rio de Janeiro, destacava-se no novo mercado. Ele foi um dinâmico comerciante de impressos eróticos na capital, com oferta variada de títulos a preços populares. Atuava como distribuidor de material pornográfico para os livreiros de outros estados. Quaresma foi o editor de *O aborto*, comercializado pela Livraria do Povo na faixa de literatura popular e licenciosa. Ele tinha consciência de seu papel no novo mercado livreiro e usava os jornais para ironizar o elitismo de outras livrarias.

Partindo do pressuposto de que a coleção do Mário era comum a outros leitores do período (e, portanto, representativa de gostos e práticas de leitura), propomos ler os livros tal como são lidos em *O aborto* – como literatura pornográfica. Ao ler esses romances e contos, Maricota se transforma: “Devorou-os sofregamente, às ocultas da mãe, aprendendo neles coisas completamente ignoradas, e reparando em vários episódios que não compreendia bem, mas onde pressentia grandes imoralidades”. Não tinha interesse pela ciência e “apreciava-os somente pelo lado da bandalheira” (Pimentel, 2015, p. 72). A leitura pornográfica embaralha noções de escola literária, gênero, nacionalidade e autoria, tradicionalmente adotadas pela historiografia. O estudo da circulação de literatura pornográfica revela um século XIX brasileiro alternativo, menos austero e controlador do que aparece na historiografia, com milhares de leitores ávidos por livros e leitura. Tendo como foco a materialidade dos impressos do baú em *O aborto*, sua recepção e circulação no Brasil, vamos especular por que os livros eram licenciosos e atraentes naquela sociedade.

Naná, de Émile Zola

Naná foi o romance mais popular de Zola no Brasil (Mendes, 2018). Numa crônica de 1905, João do Rio incluiu o livro entre os dez mais requisitados na Biblioteca Nacional (Rio, 1905, p. 1). Centrado na trajetória de uma célebre prostituta parisiense, *Naná* era promessa de conteúdo picante e chamariz de venda de outras obras de Zola. A primeira edição francesa apareceu em fevereiro de 1880 e se esgotou rapidamente, com inúmeras reimpressões posteriores. Três meses depois, 5 mil exemplares da edição brasileira já estavam à venda nas livrarias. A publicação era iniciativa dos livreiros-editores Félix Ferreira & Co., do Rio de Janeiro. O risco de escândalo pode ser medido pela decisão do tradutor de adotar um pseudônimo, “Basílio de Brito”, para se proteger, como faziam os autores pornográficos. A *Naná* brasileira custava 3 mil-réis, o preço médio de um

impresso de 300 páginas e equivalente ao que um trabalhador especializado (como um ferreiro) recebia por um dia de trabalho.

O potencial do romance de Zola para o consumo pornográfico pode ser mais bem compreendido quando se considera a reação de escritores católicos, como o Visconde de Taunay. Escrevendo com o pseudônimo Sylvio Dinarte, Taunay reduz *Naná* a uma “rasteira odisseia” que nada de bom instruíria ao leitor (1883, p. 5). Confessa ter experimentado sentimentos de prazer e culpa ao devorar “de uma assentada aquelas 524 páginas”. Taunay sabia do risco de fazer propaganda do livro ao denunciar e descrever suas obscenidades, aumentando inadvertidamente as vendas. As censuras às obscenidades da ficção naturalista, tão comuns no período, funcionavam como confissão da leitura licenciosa do livro pelo crítico e convite ao leitor para fazer o mesmo. Ao descrever *Naná* como uma “orgia sem termo, com episódios repetidos”, o crítico arremata uma boa definição de obra pornográfica, escrita e publicada para entreter e aferir lucro:

Naná nada mais é que um desfilar de amores rasteiros, fedendo à vinhaça, cheios de eructações de estômagos empanturrados, e trescalando repugnante lascívia; amores de toda casta, sem escolha de idade e de sexos; amores que vão da aberração lesbiana às últimas torpezas do bestialismo; uma orgia sem termo, com episódios repetidos; uma bacanal infrene que para o pensador calmo e imparcial representa, antes do mais, a exploração impávida do conjunto de todas as misérias do corpo social, como meio de ganhar dinheiro, muito dinheiro (Dinarte, 1883, p. 6).

No final do romance, Naná morre de modo apavorante, de varíola, mas em *O aborto*, Maricota não se detém no desenlace trágico e privilegia a “bandalheira” do livro, as festas, os passeios e a vida glamorosa da cortesã. Depois de dormir com Mário e aceitar a proteção do dr. Leopoldo Pinheiro – advogado que lhe monta um chalé em troca de favores sexuais –, Maricota imagina tornar-se “uma prostituta famosa como Naná” e viver num palácio em Botafogo, “amante dos príncipes, requestada pelos ministros” (Pimentel, 2015, p. 124). Para ela, a morte da cortesã no desfecho era menos impactante do que seu poder de sedução e atração, sua celebridade e aventuras libertinas. Ao conceber a prostituição como um modo de vida válido após a leitura de *Naná*, Maricota confirma a acusação dos católicos e conservadores (mas negada pelos escritores naturalistas), de que o naturalismo ensinava e incentivava comportamentos “imorais” nos leitores.

A carne, de Júlio Ribeiro

Como *Naná*, *A carne* põe uma mulher no centro de uma narrativa erótica. A presença do romance de Júlio Ribeiro no baú do Mário confirma o padrão de consumo pornográfico do livro, detectável em outros documentos do período. *A carne* foi um *best-seller* erótico, com várias reedições até meados do século XX. Tal sucesso oferece contraponto à historiografia tradicional, que vê o romance como obra fracassada (Mendes, 2014). Para o leitor jovem, entretanto, *A carne* era um livro contra a moral e a religião. No mesmo espírito, o escritor Cláudio de Souza narrou a descoberta e leitura do romance como o ponto alto de suas férias escolares em 1888 (Bulhões, 2002). O livro devia ser guardado e lido em segredo, pois ser flagrado em sua posse era prova de falta de caráter. A popularidade imediata do romance pode ser medida por sua aparição como carro alegórico no carnaval paulista de 1890, representado como um açougue, em referência à sua carnalidade e ao escândalo que causou (Mendes, 2019). No final do século, *A carne* foi um livro da moda.

O livro foi publicado pela Livraria Teixeira, de São Paulo, o mesmo editor de outro *best-seller* do baú do Mário: *Volúpias: 14 contos galantes*. Os irmãos e livreiros portugueses Antônio Maria e José Joaquim Teixeira abriram a Livraria Teixeira em 1878. Vendiam todo tipo de material impresso: manuais práticos, papelaria, livros escolares, ficção estrangeira, literatura jurídica e “livros para homens” (Pina, 2015). No final da década de 1880, os irmãos começam a se aventurar no mercado editorial, publicando *A carne* e outros sucessos, como, no mesmo ano, *Poesias*, o livro de estreia de Olavo Bilac. Pela audácia de publicar obras naturalistas, os irmãos Teixeira eram considerados heróis pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo (Broca, 1991). *A carne* custava 3 mil-réis e trazia um glossário e outros estudos técnicos e científicos, que podiam ser ignorados durante a leitura. Respondendo ao sucesso do livro, a Livraria Teixeira fez uma segunda edição em 1896.

Em *O aborto*, *A carne* aparece no capítulo V, quando Mário nota que Maricota o deseja. O rapaz não queria ser desleal com os tios que lhe davam casa e comida, dormindo com a filha deles. Ao mesmo tempo, sentia que não poderia resistir por muito tempo à ronda da prima. Resolveu ler algo para se distrair:

Deitado, tomou ao acaso o primeiro livro que encontrou – *A carne*, [...]. Prenderam-lhe fortemente a atenção aquelas páginas escritas no mais correto vernáculo, mas de estilo pesado. O autor, notável filólogo, revelava uma erudição assombrosa, variadíssima, em todos os ramos dos conhe-

cimentos humanos [...]. A carne, por mais arte que tivesse, excitava-lhe o organismo, despertando-lhe a sensualidade, aculeando-lhe os desejos (Pimentel, 2015, p. 65).

Como ocorria com *Maricota*, Mário é fisgado pela “bandalheira” do livro. Ao contrário de aborrecê-lo com seu cientificismo, *A carne* lhe dava ganas de sexo. No romance naturalista *O urso* (1901), de Antônio de Oliveira, o protagonista Fidêncio é impactado de modo semelhante pelo livro de Júlio Ribeiro. A “descrição da loucura torpíssima de Lenita, a mulher feita cadela”, o deixou trêmulo por vários dias (Oliveira, 1976, p. 101). Chocado com a desenvoltura de Lenita, José Verissimo acusou-a de ser uma “meretriz” (1894, p. 20). Desse ponto de vista, *A carne* era, como *Naná*, uma “história de prostituta”. Em *O aborto*, *A carne* não é um “estudo de caso” de histeria feminina, mas um livro libertino que atrai o leitor jovem. Ao mesmo tempo desorientado e revigorado pela leitura, Mário não resiste à entrada de *Maricota* no quarto e passam a primeira noite juntos. Como ocorre no romance de Júlio Ribeiro, a mulher tem a iniciativa de ir ao quarto do homem para o primeiro sexo. Tal comportamento libertário e antipatriarcal estava no cerne da acusação de “meretrício” e do caráter licencioso das obras.

O homem, de Aluísio Azevedo

O estranho aparecimento de *O homem* no baú do Mário nos convida a considerar seu apelo como livro obsceno naquela sociedade. No prefácio d’*O aborto*, Figueiredo Pimentel reconhece que escritores naturalistas como ele, Zola e Aluísio Azevedo eram considerados “pornográficos” por muita gente (Pimentel, 2015, p. 21). Como *A carne*, *O homem* aborda o tema da sexualidade e imaginação reprimidas da mulher, a chamada “histeria”. O problema da protagonista Magdá era a interdição sexual. Como explicou Júlio Ribeiro, a histeria era sintoma de “uma castidade impossível” (Ribeiro, 2002, p. 110). O romance fala sobre o sexo por meio de sua ausência devastadora, valendo-se de circunlóquios para tratar do assunto de forma séria, sendo o mais óbvio o conselho do Dr. Lobão ao pai de Magdá: “casar a rapariga o quanto antes”. E depois: “Casamento é um modo de dizer, eu faço questão é do coito! Ela precisa de homem!” (Azevedo, 1989, p. 43). O médico prescreve o sexo – não o casamento – como curativo da histeria e caminho da saúde corporal e mental.

O homem foi um sucesso surpreendente de público. Publicado pela Tipografia de Adolfo de Castro e Silva & Cia., no Rio de Janeiro, em outubro de 1887, e vendido a 3 mil-réis, o romance atraiu 6 mil compradores em três meses. Esses leitores, evidentemente, não incluíam somente letrados

interessados na seriedade científica do naturalismo. Periódicos conservadores acusaram o livro de obsceno. Aluísio Azevedo e seus apoiadores negaram a intenção pornográfica, mas se aproveitaram do mal-entendido para atrair público e incrementar as vendas (Garcia-Camello, 2018). Para J. Rodrigues Guião, confirmando a prevalência da leitura pornográfica de obras realistas-naturalistas no século XIX, o sexo era a razão da procura do livro: “o Zé Povinho pouco se importa com a elevada intuição científica da escola realista, nem quer saber quais os métodos usados por ela, o que ele quer é imoralidade” (Guião, 1887, p. 3).

O sucesso animou Artur Azevedo a montar a revista *O homem* no início de 1888, aproveitando partes da história de Magdá como fio condutor do espetáculo (Faria, 2017). Como ocorria na França na transposição dos romances naturalistas para o palco, como *Naná*, de Zola, as partes picantes foram cortadas (Faria, 2001). Os sonhos voluptuosos de Magdá foram suprimidos, mas o fato de os protagonistas “percorr[ere]m toda a cidade do Rio de Janeiro à procura de um homem que cur[asse] os histerismos de Magdá” mantinha o sexo como fio condutor do espetáculo (Teatros e..., 1888, p. 2). O apelo vinha da sensualidade implícita dos chamados “estudos de histeria”. Aos olhos do público leitor, “moças históricas” como Magdá remetiam ao personagem da mulher com ganas de sexo, conhecida na literatura licenciosa desde o século XVII (Peakman, 2003). Era compreensível que, numa sociedade pobre de representações de nudez e sexo, livros sobre sua falta fossem apropriados como literatura licenciosa.

O crime do padre Amaro, de Eça de Queirós

O crime do padre Amaro era o livro naturalista mais antigo do baú. Num país católico e patriarcal, o ataque à Igreja na figura do padre criminoso era fonte segura de escândalo e boas vendas. Numa reação comum no Brasil e em Portugal, o folhetinista do *Diário de Belém* defendeu a impugnação do livro, pois atacava a Igreja e “espalha[va] na sociedade a leitura perniciosa de maus costumes, de vícios nauseativos, de ideias em antagonismo com a moral” (D’Altemira, 1883, p. 2). Em 1900, quando Eça de Queirós morreu, Artur Azevedo elogiou o escritor, mas assinalou que *O crime do padre Amaro* não era leitura para senhoras (Elói, o herói, 1900, p. 94). Para Constantino Paleólogo, o sucesso do livro deveu-se ao interesse do “Zé Povinho”. O leitor comum dava pouca importância às críticas sociais e focava no “amor de Amaro por Amélia, a consequente violação, a gravidez inesperada e o parto clandestino” (Paleólogo, 1945, p. 22).

O sexo em *O crime do padre Amaro* tinha na moldura religiosa um componente habitual da ficção naturalista e da pornografia: o anticlericalismo. Ele expressava o horror às igrejas e à religião, que era sentimento disseminado em toda a sociedade no segundo oitocentos. O “padre sem fé” foi um personagem central do naturalismo e da pornografia. Além de Eça de Queirós, Zola descreveu o tipo em *O crime do padre Mouret* (1875). Em *O mulato* (1881), Aluísio Azevedo deu vida ao cônego Diogo, corrupto, assassino e sexualmente ativo. A figura do “padre dissoluto” vinha dos *fabliaux* medievais e animara a pena dos escritores renascentistas e libertinos, dando origem a uma popular tradição de “pornografia anticlerical” (Ladenson, 2016). Mesmo que os escritores tratassem o tema com seriedade, a presença de *O crime do padre Amaro* no baú do Mário sugere que o estudante não o via como romance científico e moralizador, como descreve a historiografia, mas como “pornografia anticlerical”.

Como *Naná*, o romance de Eça de Queirós percorreu a trajetória de outras obras naturalistas bem-sucedidas: estreou em folhetim, virou livro de escândalo e chegou aos palcos. O livro era vendido em livrarias de todo o Brasil por 2 ou 3 mil-réis. Em 1890, foi adaptado para o teatro e encenado no Rio de Janeiro. No palco, Amaro morria com um tiro pelas costas disparado por João Eduardo, inimigo dos padres e rival do protagonista no amor por Amélia. A morte punia os crimes do padre, mas não melhorava a imagem da Igreja e nem apagava o sexo clandestino. Assinada pelas “Famílias Honestas”, uma nota de repúdio à encenação da peça foi publicada na *Gazeta de Notícias* no dia 21 abril de 1890. A nota associava a obra ao ateísmo, ao obsceno e ao fora-da-lei, e tratava o naturalismo como um caso de polícia. No imaginário de leitura do fim do século XIX, *O crime do padre Amaro* era uma obra do baú.

***Esposa e virgem*, de Adolphe Belot**

Esposa e virgem conta a história de um casamento fracassado porque a esposa era lésbica. A tradução brasileira foi realizada e editada (não aparece o nome do tradutor) pela *Gazeta de Notícias*, em 1878. Era uma versão da 40ª edição francesa de *Mademoiselle Giraud, ma femme*, vendida em 15 cadernetas a 40 réis, totalizando um volume de 224 páginas a 600 réis, com preço aumentado para mil-réis quando concluída – um livro barato. Na divulgação, usavam o truque de negar a imoralidade da obra para chamar a atenção sobre o conteúdo licencioso e incitar o leitor a comprá-la: “A tese sustentada, apesar de escabrosa, foi tratada com tal cuidado, que pode ser lida por qualquer pessoa, sem ter de arrepiar-se com cenas escandalosas” (*O Repórter*, 7 jan. 1879, p. 4). Visando a

público mais refinado, a Livraria Garnier, no Rio de Janeiro, e a Livraria A. L. Garraux, em São Paulo, vendiam o original francês por 2.500 réis.

Adolphe Belot foi teatrólogo e romancista de sucesso. Natural do Caribe francês, alcançou notoriedade em Paris escrevendo para o palco (Glaeser, 1878). Marcas teatrais são perceptíveis em *Esposa e virgem* e nos outros romances que escreveu, com títulos como *Mulher de fogo* (1872), *Mulher de gelo* (1879), *O parricida* (1873), *As duas mulheres* (1874), *O drama da rua da Paz* (1867), *500 mulheres para um homem* (1885) e *Louca de amor* (1885), todos disponíveis no Brasil. Esses livros pertenciam a uma vertente de literatura popular, mais maliciosa do que sexualmente explícita, chamada “romance de sensação” (El Far, 2004). Não era uma categoria inequívoca. Alguns romances naturalistas, como *O primo Basílio* (1878), às vezes eram anunciados como “romance de sensação”. Qualquer acontecimento considerado impressionante, capaz de romper o ordenamento cotidiano, podia ser assunto de um “romance de sensação”: suicídios, processos, raptos, acidentes ou amores proibidos.

Embora não haja cenas de sexo em *Esposa e virgem*, o tema audacioso da esposa lésbica era suficientemente picante e escandaloso. O título brasileiro explicava melhor o drama, mas todos entenderam do que se tratava. Segundo o jurista Francisco José Viveiros de Castro, o sucesso espantoso do livro de Belot deu origem a “uma aluvião de romances e contos sobre as lésbias” (Castro, 1943, p. 201). Para ele, compartilhando uma opinião comum na época, a “literatura moderna” – e citava especificamente *Naná* e *Esposa e virgem* – era uma das causas do avanço do “tribadismo”, como preferia chamar o lesbianismo, e de outras “aberrações do instinto sexual” (Castro, 1943, p. 201). No segundo oitocentos, qualquer impresso sobre sujeitos que amavam pessoas do mesmo sexo pertencia ao discurso pornográfico e clandestino. Por isso, em *O aborto*, o lugar de *Esposa e virgem* era o baú de livros licenciosos.

Os serões do convento, de M. L.

Os serões do convento era o livro mais famoso do baú do Mário. A primeira e mais conhecida edição, em três volumes de bolso, foi impressa na falsa Tipografia do Bairro Alto, em Lisboa, sem endereço ou data, mas fora do prelo por volta de 1860. Nessa época, Portugal estava extinguindo ordens religiosas, fechando conventos e vendendo propriedades da igreja, sob uma série de reformas destinadas a enfraquecer o poder do clero (El Far, 2004). *Os serões* falavam com nostalgia dos dias de glória da vida conventual, quando a imagem da freira enclausurada era um potente

fetichismo sexual. Como ocorria com as obras licenciosas da época, o autor escondia sua identidade sob um pseudônimo. Desde o início o livro foi conhecido pelo título, com a autoria descartada em anúncios de livrarias e comentários na imprensa. Apesar do autor misterioso, as últimas páginas do terceiro volume listavam os locais onde a obra podia ser comprada em Lisboa, no Porto e em Coimbra, bem como nas principais livrarias do Rio de Janeiro.

O livro pertencia ao imaginário humanista clássico. O estilo era galante e erudito, sem linguagem chula. Para descrever o pênis, usava expressões como “o menino Jesus de presépio” ou “o roliço lenho da vida do paraíso” (M. L., s/d, p. 73). O materialismo obsceno do livro era inspirado nas obras de Rabelais e Boccaccio, repetindo a estrutura básica do *Decameron*: a “narrativa moldura”, na qual um grupo de amigos conversa sobre temas picantes. Os “serões” estavam ligados ao prazer da troca e do convívio, quando, ao entardecer, com o estômago satisfeito e as tarefas cumpridas, era chegada a hora da diversão. Uma dezena de freiras se alternam na contação de elaboradas histórias licenciosas. O livro recapitula enredos inteiros do *Decameron*, como a história do jardineiro (falsamente) mudo e ideal para os planos das freiras de fazer sexo em segredo. Ao final dos relatos, as religiosas se dirigem para as celas em grupos de duas, três ou quatro, para pôr em prática o que foi narrado.

Volúpias: 14 contos galantes, de Rabelais

Ao lado de *Os serões do convento*, *Volúpias: 14 contos galantes*, de Rabelais, era um dos títulos mais populares de literatura licenciosa. Na primeira edição, de 1886, não há nome de editor, mas aparece o nome do tipógrafo na contracapa. A partir da segunda edição, de 1893, Rabelais e os Irmãos Teixeira, de São Paulo, aparecem na folha de rosto. Em pouco tempo Rabelais ganhou fama no Brasil e em Portugal (Moreira, 2017). Ao lado de Arsênio de Chatenay, pseudônimo do escritor português Antonio da Cunha Lemos de Azevedo Castelo Branco (Curopos, 2020), Rabelais oferecia uma alternativa pouco conhecida ao domínio da França no mercado de literatura licenciosa no século XIX (Santana, 2004). Era tão famoso que os livreiros anunciavam suas obras separadamente sob o título “Obras de Rabelais”. Todos sabiam que não se referia ao autor de *Gargantua*, mas a associação com a “carnalidade triunfante” do escritor renascentista francês era óbvia. Continuamente disponível nas livrarias da capital e dos estados até o começo do século XX, *Volúpias* custava entre 2 e 5 mil-réis.

Como Rabelais, Gallis publicou vários volumes de contos pornográficos, como *Afrodisíacos*, *Diabruras do Cupido*, *Lascivas*, *Libertinas*, *Lúbricas*, *Luxúrias para a Rir*, *Noites de Vênus*, *Cocotes e Conselheiros*, *Os crimes do amor* e *Volúpias: 14 contos galantes*, seu livro de estreia e obra mais conhecida. Gallis publicava ficção naturalista com o próprio nome. Seu projeto mais ambicioso foi o ciclo de doze romances chamado “Tuberculose Social”, com títulos como *Mulheres perdidas* (1901) e *A taberna* (1903). Gallis escreveu outros romances naturalistas de crítica de costumes, como *O marido virgem: patologia do amor* (1900), *Mártires da virgindade: romance patológico* (1900), e *O sr. Ganimedes: psicologia de um efebo* (1906), nos quais flertava abertamente com a pornografia. Escreveu ainda fantasias sobre os excessos sexuais dos antigos, em *O sensualismo na antiga Grécia* (1894) e o popular *A amante de Jesus* (1893).

Confiante de que seu pseudônimo sinalizava a descrição de atividade sexual, Gallis testava modos de contar histórias com o objetivo assumido de ativar a mente e o corpo do leitor. No prefácio de *Volúpias*, ao contrário dos escritores naturalistas, admitia que os contos eram literatura pornográfica: “Não escrevemos para os eruditos nem para os moralistas; trabalhamos para os despreocupados e para os amantes de picantes menus literários” (Rabelais, 1893, p. 6). O livro prometia reconectar o leitor com seu corpo e promover o bem-estar físico e mental através do riso. Para usufruir de tudo que o livro tinha a oferecer, o autor convidava o leitor a “[p]ôr de parte a crítica e a austeridade como coisas feias que para aqui não servem. Acender um charuto de puro tabaco havano e beber um cálice de curaçau. Estar só em casa. Conservar o chambre largo para o que der e vier” (Rabelais, 1893, p. 9). A leitura licenciosa era uma aventura galhofeira, opulenta e privada. O álcool e o tabaco eram coadjuvantes do prazer solitário da leitura e da masturbação.

Em *Volúpias*, Rabelais explora várias combinações sexuais. Há as freiras lésbicas em “Luiza”, certamente inspiradas por *Os serões do convento* e nos escritos de Arsênio de Chatenay. Em “Noite de Núpcias”, descreve o primeiro sexo de um casal, explicando como e o que fazer na noite de núpcias, incluindo a importância das preliminares com o sexo oral. Marcas libertinas aparecem na palavra “galante” no subtítulo e no voyeurismo de “Em flagrante”, que repete uma configuração libertina clássica: pelo buraco da fechadura, um jovem observa duas moças se beijando, até que invade o quarto e fazem um *ménage à trois*. Alguns contos têm a Lisboa contemporânea como cenário, mas a atividade sexual é sempre descrita em estilo galante e erudito, com ecos de parnasianismo. Como no romance libertino, nada é forçado. Não há culpa e todos obtêm satisfação.

Os livros do baú do Mário e mais *O aborto* foram empreendimentos editoriais bem-sucedidos de escritores e editores luso-brasileiros do fim do século XIX. Não foram os únicos e nem os mais conhecidos, se considerarmos o sucesso de “romances de sensação” como *Elzira, a morta virgem* (1883), do escritor Pedro Ribeiro Viana, também editado por Pedro Quaresma (El Far, 2004). Esses livros foram *best-sellers*, com vendas de milhares de exemplares em curto tempo. Os 6 mil exemplares de *O aborto* vendidos em 1893, conquanto um sucesso inegável, são números modestos quando comparados com outros livros da coleção do estudante. As obras do baú tiveram várias reimpressões, algumas clandestinas, na língua original e em tradução, no Brasil e na Europa, permanecendo nas livrarias até o começo do século XX. Alguns livros migraram para o palco e um foi tema de carro alegórico em desfile de carnaval. Seus autores eram da elite letrada, mas os livros circularam aos milhares à margem de suas tribos, academias, periódicos e protocolos de leitura.

O caso dos romances *A carne* e *O homem* são emblemáticos. Escritores influentes como Machado de Assis e José Verissimo desgostaram dos livros, considerados obscenos e sem “cor local”. Até Artur Azevedo, que apoiava incansavelmente o irmão Aluísio, julgava *O homem* obra inferior a *O mulato* e *Casa de Pensão* (1884). Porque foram rejeitados pelos escritores dominantes do seu tempo, *A carne* e *O homem* passaram para a história da literatura como obras fracassadas (Bosi, 1972; Pereira, 1988). Contudo, o baú do Mário e os periódicos oitocentistas revelam que os livros agradavam a milhares de leitores, que os liam preferencialmente como literatura pornográfica. Esse público amplo era culturalmente referenciado e suas práticas de leitura tão legítimas quanto as da elite letrada (Chartier, 1988). Nesse contexto, *A carne* e *O homem* são mais bem compreendidos não como “estudos de caso” de histeria feminina – como quer a historiografia tradicional –, mas como impressos eróticos populares da expansão editorial pós-1870 (Mendes, 2020).

O quadro de um mercado livreiro dinâmico contrasta com o cenário sombrio projetado pelos escritores dominantes do fim do século, que reclamavam com frequência das vendas fracas de livros e da falta de interesse pelas obras (Guimarães, 2004). A conhecida declaração de Valentim Magalhães de que alguns escritores ganhavam o suficiente para comprar pão, “mas não manteiga” (Magalhães, 1896, p. 24), entrou para a história da literatura brasileira como prova do estado de “acústica

reduzida” (Sodré, 1964, p. 360) de livros e leitura no Brasil no século XIX. Um próspero mercado de literatura popular e licenciosa foi ignorado porque as obras escapavam das definições nacionalistas de subjetividade, assim como das concepções clássicas de literatura como arte austera e edificante. O estudo da circulação de literatura pornográfica nos convida a pôr sob suspeição a hipótese canônica da “acústica reduzida” e a nos perguntar se ela não estaria calcada numa concepção estreita e elitista de cultura literária.

Bibliografia

- Abreu, M. (2008). “Sob o olhar de Priapo: narrativas e imagens em romances licenciosos setecentistas”. In: Ramos, A. (et al.). *Imagens na história*, São Paulo: Hucitec, pp. 344-373.
- Azevedo, A. (1989). *O homem*. São Paulo: Martins [1887].
- Barbosa, M. (2010). *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Bosi, A. (1972). *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.
- Broca, B. (1991). *Naturalistas, parnasianos e decadistas. Vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Campinas: Ed. Unicamp.
- Bulhões, M. (2002). “Leituras de um livro obscuro”. In: Ribeiro, J. A carne. São Paulo: Ateliê Editorial, pp. 9-59.
- Castro, Francisco José Viveiros de (1943). *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos [1893].
- Chartier, R. (1988). *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Cuopos, F. (2020). “Arsênio de Chatenay e seus mistérios”. In: Chatenay, A. *Os Mistérios do Asfodelo*. Lisboa: Index, pp. V-XXX
- (2022). “O Sr. Ganimedes ou a Lisboa das ruas de trás”. In: Gallis, A. *O sr. Ganimedes. Psicologia de uma efebo*. Lisboa: Index, pp. 1-43.
- D’Altemira. Folhetim. “Resposta ao Sr. Padre Ulysses de Albuquerque, redator do ‘Zuavo’”. *Diário de Belém*. Pará, 15 jul.1883, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso 13 ago. 2018.
- Deaecto, M. M. (2011). *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: EDUSP, 2011.
- Dinarte, S. (1883). “Nana, por Emilio Zola”. In: *Estudos críticos*. Vol. II: Literatura e Filologia. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger & Filhos, pp. 3-20.
- Elói, o herói [pseud. Artur Azevedo]. “Croniqueta”. *A Estação*. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 16, 31 ago. 1900, p. 94. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso 28 set. 2019.
- El Far, A. (2004). *Páginas de sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Faria, J. R. (2017). “Artur Azevedo e a revista do ano: O homem”. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, pp. 229-251.
- (2001). *Ideias teatrais. O século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- Faro, A. (1977). *Eça e o Brasil*. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP.

- Garcia-Camello, C. (2018). *A filha do conselheiro: cientificismo, licenciosidade e promoção publicitária em O homem, de Aluísio Azevedo*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira), UERJ.
- Guião, J. R. "Letras – O Homem". *O Paiz*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1887, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso 12 mar. 2018.
- Guimarães, H. (2004). *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: EDUSP.
- Glaeser, E. (1878). *Biographie nationale des contemporains: rédigée par une Société de gens de lettres sous la direction de M. Ernest Glaeser*. Paris: Glaeser et Cie.
- Ladenson, E. (2016). "Literature and sex". In: Lyons, J. D. *The Cambridge Companion to French Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 222-240.
- Leão, A. B. (2013). *Brasil em imaginação: livros, impressos e leituras infantis (1890-1915)*. Fortaleza: INESP/UFC.
- M. L. (s.d.). *Os serões do convento*. 3 vols. Lisboa: Typographia do Bairro Alto.
- Magalhães, V. (1896). *A literatura brasileira 1870-1895: notícia crítica dos principais escriptores com escolhidos excerptos*. Lisboa: Livraria A. M. Pereira.
- Mendes, L. (2020). "O aborto and the rise of erotic print in late Nineteenth-century Brazil". In: Vasconcelos, S.; Silva, A. C. *Comparative perspectives on the rise of the Brazilian novel*. London: UCL Press, pp. 239-256.
- (2019) "O aborto, de Figueiredo Pimentel: naturalismo, pedagogia e pornografia no fim do século XIX". In: Mendes, L.; Catharina, P. P. *Figueiredo Pimentel: um polígrafo na Belle Époque*. São Paulo: Alameda, pp. 261-349.
- (2014). "Júlio Ribeiro, o naturalismo e a dessacralização da literatura". *Pensares em revista*, São Gonçalo (RJ), n. 4, pp. 26-42.
- (2016). "Livros para Homens: sucessos pornográficos no Brasil no final do século XIX". *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 53, pp. 173-191.
- (2018). "Zola as pornographic point of reference in late Nineteenth-century Brazil". *Excavatio*, vol. XXX, s.p.
- Moreira, A. C. (2017). "Alfredo Gallis, o pornógrafo esquecido". *Graphos*, João Pessoa, n. 19, vol. 2, pp. 7-20.
- Oliveira, A. de (1975). *O urso. Romance de costumes paulistas*. São Paulo: Academia Paulista de Letras [1901].
- Paleólogo, C. (1945). "Eça e Ramalho". *Revista Brasileira*, n. 15, dez., pp. 17-23. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso 30 out. 2019.
- Peakman, J. (2003). *Mighty lewd books: The development of pornography in eighteenth-century England*. London: Palgrave.
- Pereira, L. M. (1988). *História da literatura brasileira. Prosa de ficção: 1870-1920*. São Paulo: EDUSP.
- Pimentel, F. (2015). *O aborto*. Rio de Janeiro: 7Letras [1893].
- Pina, P. S. de A (2015). *Uma história de saltimbancos: os irmãos Teixeira, o comércio e a edição de livros em São Paulo, entre 1876 e 1929*. Dissertação (Mestrado em História Social), USP.
- Rabelais [pseud. Alfredo Gallis] (1893). *Volúpias: 14 contos galantes*. São Paulo: Teixeira & Irmão [1886].
- Ribeiro, J (2002). *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial [1888].
- Rio, J. do. "Os leitores da Biblioteca". *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 6 fev. 1905, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso 25 abr. 2019.
- Santana, M. H. (2004). "Pornografia no fim do século: os romances de Alfredo Gallis". *Portuguese Literary and Cultural Studies*, n. 12, pp. 235-248.
- Sodré, N. W. (1964). *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Teatros e.... *O homem*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1888, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso 21 nov. 2018.
- Verissimo, J. (1894). "O naturalismo em literatura". In: _____. *Estudos brasileiros*. 2ª. série (1889-1893). Rio de Janeiro: Laemmert, pp. 2-23.